

Acordo da dívida agora só depende do FMI

■ Concluída a negociação com os bancos credores, governo prevê que aval do Fundo possa ser obtido em meados de fevereiro

ANA MARIA MANDIM
Correspondente

TORONTO — O acordo de renegociação da dívida externa que o governo brasileiro formaliza com os bancos privados ainda não é para valer. Ele significa, por enquanto, que as conversações com os bancos foram concluídas, sinalizando o fim de uma etapa. Com tudo acertado, o acordo está dependendo agora do aval do FMI ao plano de estabilização da economia.

A data limite de 15 de abril para o acordo com os bancos entrar em vigor — inscrita nos contratos a serem distribuídos aos cerca de 900 credores brasileiros a partir do encontro de hoje, em Toronto — é o quinto prazo final estabelecido desde que o Brasil começou a renegociar a dívida, durante a gestão do ex-ministro Marcílio Marques Moreira. O demissionário negociador da dívida, André Lara Resende, previu que, se tudo correr bem, será possível fechar o acordo com o FMI em fevereiro.

Desregulamentação — Enquanto os contratos de renegociação dos títulos da dívida estiverem sendo lidos e assinados pelos credores, os técnicos do FMI estarão analisando a proposta brasileira para desregulamentar e abrir a economia, aumentar a arrecadação tributária, vender as empresas estatais e reduzir a inflação. Estima-se que, até o fim de dezembro, os bancos devolvam os contratos assinados. Quando o FMI der a sua aprovação, o Tesouro americano venderá ao Brasil US\$ 2,8 bilhões em bônus cupom zero, que servirão de garantia para os bancos concordarem em

trocar seus velhos títulos da dívida por novos.

Estes papéis, portanto, estarão protegidos pelo próprio governo americano. Assim como a data limite de 15 de abril, todas essas condicionalidades constam dos contratos de renegociação com os bancos. O Banco Central do Brasil já separou, de suas reservas, os US\$ 2,8 bilhões necessários para a compra dos bônus cupom zero.

Menu — Seguindo o exemplo argentino, o Brasil ofereceu aos bancos, em 9 de julho de 1992, um variado menu, com seis opções de novos títulos, jogando com percentuais de desconto da dívida e taxas de juros fixas ou variáveis. Os dados disponíveis em relação à renegociação de 95% da dívida indicam que os bancos fizeram várias escolhas: 35% das opções, como pretendia o governo brasileiro, foram pelo bônus de desconto, (*discount bonds*) — prazo de 30 anos, redução de 35% da dívida, juros variáveis, Libor mais 0,8% anuais; entre 35% e 36% — menos de 40%, como também queria o governo brasileiro — recaíram sobre os bônus ao par (*par bonds*) — 30 anos de prazo, juros fixos crescentes de 4% no primeiro ano a 6% a partir do sétimo ano.

O Brasil necessitaria comprar US\$ 4,4 bilhões de bônus cupom zero, que servirão de garantia. Quando, a 15 de abril, forem trocados os velhos pelos novos títulos, o Brasil pagará US\$ 2,8 bilhões imediatamente, e o que restar será salgado em quatro parcelas de US\$ 400 milhões cada, semestralmente. O total da dívida a ser renegociado está em torno de US\$ 36 bilhões.

Arquivo — 11/6/93



Fernando Henrique: agenda inclui vários encontros com banqueiros